

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL**

26/03/2013

A Presidência do Conselho Deliberativo **RDS** Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC ([Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela ([Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#)). O Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral criado por intermédio do ([Decreto Nº 20.321, de 26 de março de 2013](#)), e alterado pelo ([Decreto 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#)), tem a função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno ([Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#)), e suas atualizações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), homologado pelo ([Decreto 60.322, de 10 de junho de 2024](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em 25/11/2025.

No vigésimo quinto dia, do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e dez minutos, superado o quórum regimental para início de suas atividades reuniu-se o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, na PETISQUEIRA BELA VISTA - Rua Servidão Governador Pedro Ivo Figueiredo de Campos, S/N, Morro do Amaral, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, mandato de 15/01/2025 à 14/01/2027, conforme [Decreto 63.226, de 14 de Novembro de 2024](#) e suas atualizações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Felipe Alberton de Oliveira, da SAMA; Dirk Henning, da AMUT; Iracema Cândido, da APP Escola Municipal Prof. Reinaldo Pedro França; Angela Regina de França, da CPJ Colônia Pescadores Z32 de Joinville; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Diogo Augusto Moreira, do COMAR; Alessandra Oechsler, da CAJ, e, Márcia Hamann, da SECULT.UTE. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes cujos nomes serão lançados nessa Ata juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Waldir Vieira, Eloir Moraes, Antonio Moraes, Moradores da RDS; Bruna Boschini, da CAJ; Dalton Pascuo, e, Luiz Carlos da Silva Seixas - da SAMA. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata do dia 07/10/2025; **2)** Prestação de Contas Ações do Conselho - 2025; **3)** Proposta Plano Ações do Conselho - 2026; **4)** Atendimento na SAMA - Solicitação de Melhorias; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre; **5.1.** Regularização Fundiária, SEHAB, **5.2.** Criação de Porcos Soltos, Eliete França. **Pauta 1) Aprovação da Ata do dia 07/10/2025:** A Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Magda Cristina Villanueva Franco questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais contribuições foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 07/10/2025, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Sem mais manifestações a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Prestação de Contas Ações do Conselho - 2025:** A Presidente Magda abre esta pauta comunicando que a prestação de contas era, na verdade, uma avaliação das ações realizadas durante 2025, baseadas no plano de trabalho estabelecido anteriormente. A intenção era confrontar o planejado com o executado. Após a avaliação anual e a discussão sobre o plano de 2026, o Conselho dedicaria tempo a um assunto levantado pela comunidade: o atendimento na Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SAMA). A gerente de atendimento da SAMA, Dayane Cândido Bento, foi convidada para esta reunião, mas não pôde comparecer devido a outro compromisso. Magda lamentou a ausência, pois entendia que seria a oportunidade ideal para a responsável pelo setor ouvir as demandas diretamente e identificar possíveis melhorias. Prosseguindo com a avaliação do plano 2024-2025, Magda destacou que as ações previstas foram, em grande

parte, cumpridas. Um ponto de sucesso mencionado foi a capacitação sobre o Plano de Manejo, entender a Reserva de Desenvolvimento de Uso Sustentável (RDS) e o Sistema de Unidades de Conservação. Essa capacitação, que ocupou parte de reuniões em 2024 e foi concluída em janeiro de 2025 em quatro encontros, atingiu o objetivo de fazer a comunidade e os membros do Conselho entenderem a importância do Plano de Manejo. Outra ação cumprida foi a rodada de apresentação das entidades que compõem o Conselho. A cada reunião, uma entidade tinha a oportunidade de se apresentar, mencionando que todas entidades da Administração foram apresentadas. A discussão sobre as apresentações das entidades continuou, e os membros confirmaram que a maioria, incluindo Associações e o Instituto COMAR - Conservação Marinha do Brasil, já havia apresentado. Para registro em ata e planejamento de 2026, ficou definido que quatro entidades ainda precisavam se apresentar: o Núcleo Espírita Eurípedes Barsanulfo (NEEB), a APP Escola Municipal Prof. Reinaldo Pedro França, o CHBB - Centro de Hidrografia da Baía da Babitonga, e a Colônia Pescadores Z32 de Joinville - CPJ. Foi ressaltado que a apresentação deveria focar nas atividades e necessidades das entidades relacionadas especificamente à Ilha do Morro do Amaral. Magda comentou sobre a visita técnica à comunidade da RDS, realizada em março de 2025, em um dia de reunião, que foi muito bem avaliada pelos participantes e proporcionou uma mudança de perspectiva sobre a comunidade local. Foi destacada a importância dessas visitas para a compreensão do território e a implementação do Plano de Manejo, algo que já foi tentado realizar em outras unidades de conservação, contudo, sem sucesso, devido à dificuldade em reunir os Conselheiros. A visita incluiu a visualização de pontos como Escola, Unidade de Saúde, Igrejas e o Sambaqui. Outro ponto do plano de ação cumprido foi a apresentação das atividades de fiscalização. A gerente responsável Sarah Sabrina Leal Francisco, discorreu como ocorre o processo, mostrando as ações realizadas, contribuindo para um conhecimento mais claro por parte da Comunidade. Avaliando o plano de ação geral, Magda estimou um cumprimento de cerca de noventa por cento, restando apenas as apresentações das entidades. O morador Waldir Vieira indagou sobre o funcionamento do PSA Pagamento por Serviços Ambientais; no que Magda esclareceu que esse tema foi abordado na reunião conjunta dos 04 Conselhos, em 4 de junho, onde ocorreu o pagamento, indicando que a ação também foi realizada. Este programa atualmente é gerido pela Companhia Águas de Joinville (CAJ) e foca na conservação da água, especificamente em produtores e conservadores de água. Existe uma proposta para expandir esse programa para todo o município por meio de um projeto de lei. Esse projeto, trabalhado em conjunto com a Procuradoria do Município, prevê a inclusão de quatro novos eixos principais: Água, conservação da água; Unidades de Conservação, com a criação de um pagamento específico para áreas de conservação; Resíduos, visando em quem trabalha com resíduos, como Associações e Cooperativas, por prestarem um serviço ambiental; Atividades Rurais, com a inclusão de atividades rurais que, de alguma forma, prestam serviços ambientais. Apesar de considerar o ano de grandes feitos para a SAMA e o município, o Conselho não conseguiu finalizar a tramitação desse projeto de lei em 2025. Isso ocorreu devido ao grande volume de leis já em análise na Câmara Municipal. Magda expressou otimismo, acreditando que a lei é relativamente simples e tem grandes chances de ser aprovada em 2026, principalmente porque institui o programa sem impactar diretamente o orçamento existente. O Conselho discutiu a complexidade de projetos de lei que envolvem alterações orçamentárias. A proposta de lei do PSA, é simplificada porque, num primeiro momento, apenas institui o programa e os eixos gerais, sem alterar o orçamento. Projetos que definem a origem dos recursos tendem a ser mais complexos e a gerar disputas. A estratégia é aprovar a lei que cria o programa e, num momento posterior e mais planejado, definir a regulamentação orçamentária específica para cada eixo como os geridos pela CAJ, SAMA, e, UDR, por exemplo, com a SAMA atuando como apoio. A regulamentação orçamentária exige planejamento minucioso de um ano para o outro, sendo um processo mais complexo de trabalhar. A instituição da lei, mesmo sem a definição imediata do orçamento, já proporcionaria condições para buscar recursos de outras fontes, como a União e o Estado. Atualmente, o programa da CAJ opera internamente, fruto de uma parceria e cooperação, mas a lei é vista como necessária para fortalecer e ampliar a iniciativa, permitindo um trabalho mais aprofundado. Além do PSA, a reunião abordou outros temas, como as oportunidades e benefícios da Grande Reserva Mata Atlântica e o resultado da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Também foi discutido o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com menção à ajuda da EPAGRI para o preenchimento. Foi apontado que, embora todos os proprietários rurais tenham preenchido o cadastro, as informações estão, no momento, desconectadas. As informações do CAR se sobrepõem e precisam de refinamento. A responsabilidade por esse refinamento é do Estado de Santa Catarina, que convocou a EPAGRI e seus parceiros e cooperativas para organizarem os dados do CAR, que é obrigatório por Lei Florestal 12.651/2012. Posteriormente, a discussão voltou-se para a primeira resolução do Conselho, que aborda benfeitorias em imóveis, especificamente questões de água, luz e pequenas benfeitorias necessárias. Esse processo está em andamento, e o Conselho tem recebido pedidos. Alguns são aprovados, enquanto outros são rejeitados por não cumprirem os requisitos estabelecidos na RDS. Magda salientou ter assinado cerca de cinco a sete autorizações, mas observou que muitos pedidos não preenchem os critérios necessários. Embora esperasse uma enxurrada de pedidos após a instituição da resolução, cerca de quinze solicitações foram recebidas até o momento. Surgiu a necessidade de um método mais eficiente para registrar e acompanhar esses dados, pois o controle atual é manual, exigindo a verificação individual de cada processo e e-mail; embora apenas cerca de cinco pedidos sejam atendidos, o volume total de solicitações recebidas é muito maior e chega por diversos canais como *WhatsApp*, *e-mail*, ligações, presencialmente, o que dificulta a organização administrativa. Positivamente, cerca de dez autorizações estavam dentro das conformidades, além de outras que tentaram viabilizar. O Conselho discutiu a complexidade na análise dos pedidos de benfeitorias; em um caso específico, manifestou oposição a uma solicitação, mesmo após um esforço de caracterização. A análise envolveu a verificação da origem da benfeitoria e a necessidade da residência. No entanto, após vistorias, a pessoa responsável não foi encontrada na residência em nenhum momento, gerando dúvidas se ela de fato morava ali. Esse caso demonstrou que, apesar da existência da resolução e das orientações claras sobre a documentação necessária, é difícil preencher todos os requisitos, tornando o processo complexo. A pauta então avançou para o acompanhamento do Plano de Manejo. Após sua aprovação

em junho de 2024, o Conselho imediatamente iniciou o trabalho de implementação, controle e definição de indicadores. Como não possuem sistemas sofisticados, o controle é manual, feito via planilhas. A SAMA atua como centralizadora das informações, enquanto as outras Secretarias e entidades, que receberam memorandos solicitando informações sobre suas atuações, agem dentro de suas próprias competências, com a SAMA fazendo a articulação do processo. O Plano de Manejo, elaborado com a comunidade e a empresa prestadora de serviços, classifica os programas em prioridades alta, média e baixa. Prioridade Alta, são aquelas de curto prazo, devendo iniciar em até dois anos a partir da aprovação. O marco temporal para o início da organização desses programas é 2026. Prioridade Média: são as que devem começar em um período intermediário de três a cinco anos, entre 2026 e 2029. Prioridades de Baixo Nível têm um prazo superior a cinco anos. O Órgão Gestor é responsável por garantir que as ações ocorram e, caso algum programa não seja executado, deve justificar o motivo ou propor uma abordagem diferente. O processo envolve articulação com diversos parceiros, como a Associação de Moradores e Pescadores e a Univille Universidade da Região de Joinville, que formam a rede de executores do Plano de Manejo, reforçando seu caráter de construção coletiva. Além do controle interno, o Plano de Manejo está vinculado ao cumprimento de uma sentença judicial do Ministério Público, exigindo prestação de contas mensais a esse órgão e ao Ministério Público Federal, que acompanha o processo. Magda salienta as dificuldades em fazer esses órgãos de controle entenderem a linha do tempo das ações de curto e longo prazo previstas no plano e expressa a intenção de realizar uma grande oficina ou capacitação sobre o funcionamento do Plano de Manejo para todos os órgãos de controle, incluindo o Tribunal de Contas, pois percebe que há um desconhecimento geral sobre a articulação prática do processo. Magda também mencionou a aprovação da revisão do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, como um grande evento, que atraiu mais de 500 pessoas. Apesar da circulação de *fake news* nos grupos e do desconhecimento de grande parte do público sobre o que estavam fazendo ali, foi uma ocasião ímpar para explicar o funcionamento do Plano de Manejo, a Unidade de Conservação e sua representatividade para uma plateia atenta e silenciosa, em que, para a grande maioria, foi a primeira vez em receber informações reais sobre a finalidade de um Plano de Manejo. Vale destacar o sucesso na mobilização da Comunidade em torno do projeto de manejo, reunindo mais de 500 pessoas em um evento. A apresentação do funcionamento do projeto despertou grande interesse, o que é visto positivamente pela equipe gestora, pois gera mais força, aliados e cooperação. Membros do Conselho, em particular, expressaram ter compreendido melhor o funcionamento e o papel do Órgão Gestor, que deve participar ativamente do processo. Magda mencionou como exemplo a RDS da Ilha do Morro do Amaral, para ilustrar o alto nível de participação e engajamento desejado. A estrutura de gestão do Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comdema foi explicitada, como este sendo o gestor de três unidades Boa Vista, Caieira, Iriiriu e Finder, as quais estão sob o seu "guarda-chuva". A centralização evita a necessidade de Conselhos separados para cada unidade, o que sobrecarregaria as mesmas pessoas com reuniões constantes, uma prática permitida pela legislação. Embora a RDS tenha uma configuração específica que exige seu próprio conselho, a APA também possui o seu. Atualmente, a gestão abrange quatro grandes conselhos, sendo que o Saneamento Básico também será integrado a essa estrutura. Dentro dessa organização, o manejo é tratado como um grande programa, subdividido em subprogramas. O grande programa de fiscalização, por exemplo, possui subprogramas como "proteção e conservação dos recursos hídricos". As ações incluem a fiscalização de rotina sobre construções e corte de vegetação que impactam os recursos hídricos. A meta é realizar três visitas semanais de fiscalização, feitas em conjunto com a Guarda Municipal, e em breve, com o apoio da Polícia Militar Ambiental, que também possui sua rotina de atuação. Uma parceria está sendo finalizada para a APA e RDS, que, embora demore a ser assinada pelo Estado, visa aprimorar a fiscalização. Essa parceria incluirá uma função adicional de educação ambiental, além do inerente trabalho fiscalizatório, sendo este é um programa contínuo que não pode sofrer interrupções. Outro importante convênio que está em andamento, trata-se de um programa adicional de conservação de recursos hídricos, um convênio específico que está sendo negociado com a CAJ para a contratação unificada de um laboratório. Esse laboratório será responsável por realizar todos os monitoramentos e acompanhamentos frequentes necessários para os diversos métodos de controle existentes. A expectativa é que esse grande convênio seja finalizado no próximo ano, e o processo já foi iniciado formalmente. Outra área de alta prioridade é a Gestão Participativa, justificada pela necessidade de envolvimento popular para a implementação efetiva dos projetos. A manutenção da atividade do Comdema é vital, e um dos focos do programa é garantir a sua continuidade institucional. As reuniões do Conselho, que possui caráter deliberativo, ocorrendo a cada 45 dias, com a participação das entidades. Para fins de transparência e prestação de contas, inclusive para órgãos como o Ministério Público, a atividade do Conselho é comprovada por meio da publicação das atas das reuniões na internet, cujos *links* são enviados formalmente à Procuradoria. Em relação à capacitação, a proposta é realizar pelo menos uma por ciclo de dois anos. A primeira capacitação já ocorreu, entre 26 e 28 de janeiro do ano em curso, e a próxima está prevista para o final de 2026 ou início de 2027. O Órgão Gestor solicitou sugestões de temas para essas capacitações. Como prioridade média, foi mencionada a publicização das convocações e a ampla divulgação das decisões tomadas. Atualmente, isso é feito principalmente por meio das atas e do aplicativo *WhatsApp*, com planos de envolver a SAMA e a Secretaria de Comunicação (SECOM), nesse processo de divulgação. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT, comenta que é difícil para a grande parte da comunidade obter conhecimento das decisões por meio de Atas, pois não têm o hábito e também possuem a dificuldade de ler tais documentos. Magda pontua que atualmente, o sistema de comunicação da Prefeitura impõe barreiras; com muito custo, foi possível criar uma aba específica para a unidade de conservação no *site*, onde são armazenados documentos e atas. No entanto, o sistema trabalha apenas com notícias de grande relevância, não permitindo a publicação de chamadas simples ou cartazes de eventos. Diante dessas limitações, a proposta de um *Instagram* para o Conselho, com diretrizes claras, facilitaria a divulgação de calendários de reuniões e eventos de forma organizada. O principal obstáculo para a implementação dessa ideia é a definição de um responsável pelo canal. A sugestão de que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assumisse essa responsabilidade inicialmente foi bem recebida, mas a entidade recuou posteriormente devido ao ônus da responsabilidade e à

disponibilidade de tempo necessária, mesmo tendo um de seus Conselheiros, no posto de Vice-Presidente do Comdema. O consenso é que, futuramente, será necessário desenvolver um veículo de comunicação mais alinhado à realidade da comunidade e que garanta maior visibilidade às informações. O Programa de Monitoramento e Mudanças Climáticas, uma gestão de prioridade média envolve a gestão participativa. Outro programa, focado no monitoramento do ambiente físico da Unidade de Conservação (UC), aborda especificamente a questão das mudanças climáticas. Este tópico é classificado como de baixa prioridade, com horizonte de 5 anos, enquanto a prioridade média abrange de 3 a 5 anos. Magda destaca que a Secretaria, em colaboração com a SAP e outras instituições, já considera o monitoramento da Baía de Babitonga, como um indicador de mudança climática. O trabalho nessa área é contínuo, e a Agência Francesa de Desenvolvimento está financiando o "Plano Clima de Joinville". Um termo de referência para uma contratação futura está em desenvolvimento. Uma apresentação sobre a ideia será feita amanhã para buscar contribuições e finalizar o documento. Futuramente, o Plano Clima será implementado, e a RDS poderá ser utilizada como um ambiente de monitoramento. O Plano de Gestão de Riscos e Desastres já está concluído e prestes a ser publicado. O documento está em fase final de refinamento antes de ser enviado para Decreto e alocação de recursos, o que deve ocorrer apenas no próximo ano. O plano, elaborado com dados do radar de chuva da Defesa Civil, mapeou todas as áreas de risco e propôs programas e projetos de prevenção. Uma parte importante envolve a parceria com a educação ambiental para preparar a Comunidade, as crianças e as escolas para os desastres decorrentes das mudanças climáticas, o que é considerado essencial. O plano abarca as realidades de Joinville, que enfrenta alagamentos, perdas de vida, materiais e econômicas, além de transtornos diários na rotina e no trânsito. O documento propõe medidas para mitigar e prevenir esses impactos. Magda destacou a importância de saber como enfrentar situações de desastre, elogiando o fortalecimento e a atuação da Defesa Civil nos últimos anos nesse sentido. No âmbito do Programa de Monitoramento Ambiental, existe um subprograma focado no ambiente físico marinho e na interação socioambiental. O objetivo é buscar parcerias, principalmente com o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), para obter informações sobre a qualidade da água e sedimentos, além da avaliação de riscos de contaminação por explorações ou fenômenos como as marés vermelhas, e neste sentido, a parceria com a CAJ é fundamental nesse monitoramento. A ação com o IMA é classificada como de prioridade média, no entanto, as conversas formais ainda não foram iniciadas. Referente à Proteção e Manejo de Recursos Naturais, classificada como prioridade alta e contínua, fazendo parte da rotina de fiscalização, incluindo a proteção da flora e fauna, o monitoramento do desmatamento, com o uso de imagens de satélite, embora a identificação no terreno seja desafiadora, efetua o cumprimento das normas de manejo por meio de análises técnicas e autorizações para benfeitorias. Todos esses controles visam a proteção dos recursos naturais e a manutenção da qualidade ambiental. Uma prioridade baixa, é aquela ainda não iniciada e prevista para começar após 2030; é o acompanhamento e monitoramento da incidência de espécies exóticas invasoras, especificamente dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*, por meio de vistorias. A seriedade do problema é reconhecida na APA, onde há uma grande invasão de *Pinus*, sendo recomendado para quem trabalha com essas espécies, a obrigatoriedade em ter um plano de controle, pois, sendo exóticas, elas dominam o ambiente e matam a vegetação nativa. Outra espécie problemática identificada é a palmeira leque, espécie exótica extremamente agressiva que está comprometendo a vegetação nativa na região do Caieira, por impedir o crescimento de outras plantas sob sua copa; o cumprimento do Plano de Manejo terá como foco específico a erradicação dessa espécie. O relato serviu de alerta sobre o perigo de introduzir plantas desconhecidas em jardins particulares, uma vez que espécies de outros biomas, como os da América Central podem desequilibrar o ecossistema local. Além da palmeira, o mapeamento e monitoramento contínuos focam em *pinus* e *eucalyptos*. Como ação de prioridade média, foi iniciada a sensibilização de lideranças comunitárias sobre o patrimônio ambiental e a importância da RDS. Magda asseverou que é um dever coletivo promover o esclarecimento sobre a relevância do manguezal para a qualidade de vida. A Conselheira Iracema enfatizou que a comunidade precisa entender que a preservação ambiental depende de cada um dos moradores. O Conselheiro Diogo, pontuou a necessidade de uma barreira de proteção ambiental para o manguezal, por conta de sua função vital como "berço" da fauna. Magda ressaltou a relevância ecossistêmica do mangue, e se o ecossistema for destruído, haverá o fim da reprodução de diversas espécies de peixes e crustáceos que dependem desse ambiente para crescer antes de irem para o mar aberto. A preservação é, portanto, essencial para a manutenção da biodiversidade e da própria subsistência da comunidade. Prosseguindo, Magda aborda o grande Programa de Uso Público das Unidades de Conservação. Este programa abordará questões de infraestrutura e está planejado para ser desenvolvido em conjunto com futuros projetos apoiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento. A questão da infraestrutura envolve equipamentos para o turismo, para a infraestrutura da região e para a Comunidade, sendo uma prioridade média, como a questão do turismo, projeto trapiche, acesso; placa de sinalização é uma prioridade alta, conforme debatido nas oficinas. Quanto ao Programa de Sinalização e Urbanização, foram instaladas placas em quatro pontos da unidade, embora o planejamento inicial previsse seis; foi solicitado que a comunidade auxilie na identificação de outros locais estratégicos para a sinalização enquanto o processo de urbanização não é concluído. O Programa de Desenvolvimento Social, abarca os Subprogramas de Regularização Fundiária definido como prioridade alta, em andamento e o de Fortalecimento de Atividade da Pesca Artesanal, prioridade média, com previsão de início a partir de 2027; o Subprograma de Regularização Fundiária, depende da finalização da REURB. Em relação ao fortalecimento da pesca artesanal, o objetivo é fomentar, junto a um Grupo de Trabalho (GT), uma rede de parceiros para apoio e planejamento das atividades, porquanto, a realização de uma feira do pescado prevista para 2027, o projeto depende da conclusão da urbanização para que haja um local adequado para sua execução. Outra prioridade média é a realização de um cadastramento fundiário detalhado, conduzido pela Secretaria de Habitação (SEHAB). Esse processo não se limita à medição de ruas e construções, mas funciona como um "raio-X" da comunidade, envolvendo entrevistas com os moradores para preenchimento de formulários específicos. A Conselheira Alessandra Oechsler, da CAJ ressaltou a importância do apoio comunitário em face das dificuldades que muitas pessoas não conseguem alcançar o conhecimento tecnológico atual. Magda

abordou a valorização da população tradicional por meio de cursos e oficinas, destacando a necessidade de apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e da SEHAB; que essa atividade já faz parte da prática padrão dessas Secretarias em áreas de REURB, cabendo à Gestão da Unidade de Conservação o papel de monitoramento e apoio na execução dessas ações. Magda enfatizou a importância de promover um turismo de base comunitária que priorize o treinamento e a capacitação dos moradores, com o objetivo central de evitar a perda da identidade local, mencionando que o financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, impõe, como condição de empréstimo, um olhar socioambiental focado na preservação dessas comunidades, e enalteceu as diretrizes apresentadas em reuniões recentes, destacando que o foco está em desenvolver a região sem descaracterizar sua cultura. No âmbito do Programa de Patrimônio Cultural, com prioridades de nível baixo e médio, as ações envolvem a SECULT. Referente à Educação e Eventos, a promoção de cursos e oficinas de educação patrimonial e turismo cultural, além de estimular a retomada de manifestações culturais locais por meio de uma rede de parceiros; quanto ao Acesso a Recursos, Magda sugeriu uma aproximação com a SECULT para viabilizar o acesso a editais e leis específicas de incentivo que possuem recursos destinados a essas atividades; sobre o relevante tema Arqueologia, o objetivo é buscar parcerias, especialmente com Universidades, para a elaboração de projetos técnicos de mapeamento arqueológico e atualização de informações sobre o território. O Conselheiro Dirk sugeriu a inclusão de caminhadas através de trilhas; o Conselheiro Diogo mencionou a inclusão de visitas aos Sambaquis; O morador Waldir alertou sobre as caminhadas e visita ao Sambaqui, que sejam evitadas em períodos de lua cheia por conta das marés ampliadas. Magda ressaltou a existência de um programa de avaliação e monitoramento da Unidade de Conservação, que envolve a elaboração de modelos e planilhas para acompanhar a gestão, e sobre a inclusão de trilhas de caminhada, esclareceu que tais atividades estão inseridas nos programas de capacitação e turismo de base comunitária. O foco do monitoramento é garantir a articulação eficiente entre as entidades e o cumprimento das metas estabelecidas na planilha de gestão. Sem mais manifestações, a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Proposta Plano Ações do Conselho - 2026:** A Presidente Magda abre esta pauta mencionando que a partir de 2026, as entidades passarão a receber comunicações periódicas sobre o andamento dos programas. A intenção é trabalhar de forma mais próxima por meio de Grupos de Trabalho (GTs) específicos, permitindo que cada entidade compreenda e contribua efetivamente com os projetos em desenvolvimento. O documento com as propostas de ações será enviado ao grupo para que todos possam oferecer contribuições criativas e consolidar o plano de trabalho final. Com base em informações da SEHAB, o cronograma das atividades REURB foi iniciado em agosto de 2025, sendo que o levantamento planialtimétrico cadastral foi realizado entre agosto e outubro de 2025; o estudo preliminar de conformidade das situações urbanísticas também já foi iniciado, nesse período, ressaltando-se que essas etapas são fundamentais para o diagnóstico completo da comunidade. Magda destacou a importância da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), financiadora de um grande pacote de projetos socioambientais que inclui Parque Linear, o Projeto "Porto Cachoeira" e intervenções no mangue. Referente à RDS, representantes da Agência Francesa realizaram visitas técnicas nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, acompanhados por uma equipe da Secretaria de Administração e Planejamento (SAP), valendo ressaltar, que o financiamento exige o cumprimento rigoroso das normas administrativas, sociais e ambientais do banco. O Conselheiro Dirk observa que embora tenha que seguir o planejamento conforme as prioridades alta, média e baixa, ainda assim, permite-se seguir as diretrizes do Plano de Manejo atual; no que Magda confirmou positivamente esclarecendo que embora algumas propostas apareçam de forma genérica nas discussões atuais, a leitura técnica e detalhada do Plano de Manejo provavelmente revelará que a maioria das demandas já estava prevista em seu escopo original. O foco central definido para o grupo é a organização das metas com um cronograma de execução rigoroso para o ano de 2026, identificando as ações devem ser obrigatoriamente cumpridas, garantindo que sejam iniciadas e devidamente finalizadas dentro do ciclo de 2026. Nos dias 27 e 28 de novembro de 2025, ocorreu o treinamento dos técnicos municipais sobre essas normas internacionais, seguido de novas visitas técnicas aos locais dos projetos. Portanto, essas são as indicações para o próximo ano, no entanto, tanto a Comunidade quanto o Conselho, à medida que eventuais demandas sejam necessárias, podem articular a possibilidade de criação de novos subprogramas. Sem mais manifestações, a Presidente Magda encerra esta pauta, passando a palavra para o Conselheiro Dirk Henning, da AMUT que cumprimentou a todos e iniciou sua fala mencionando que, embora diversas Secretarias tenham relação com a RDS, como a Educação e Ação Social, a Secretaria de Meio Ambiente (SAMA) é a principal *interface* para questões que afetam diretamente o cotidiano, como autorizações para construção, reformas e ligações de água e luz. No entanto, observa-se que o atendimento muitas vezes é ineficaz, pois os moradores não conhecem o caminho correto para as solicitações ou não sabem como acompanhar o procedimento. Dirk relata o caso de um morador local que documentou, via *YouTube*, uma solicitação de ligação de água e luz feita em 2023. No sistema, o pedido constava como indeferido pela SAMA, mas o morador ainda possuía dúvidas e questionamentos sobre a execução real do serviço, expondo uma deficiência no sistema; em muitos casos a forma como o atendimento é registrado pode gerar confusão no histórico de protocolos. Magda resalta que, no caso em questão, é preciso filtrar todos os protocolos existentes para identificar onde os processos estão travados, verificando possível falha no funcionamento do Sistema de Gestão de Protocolos, o TMI, onde as respostas deveriam ser enviadas automaticamente para o *e-mail* cadastrado pelo cidadão. Outras possíveis falhas também devem ser identificadas no fluxo de comunicação: o morador não recebe ou não visualiza o *e-mail* de resposta.; o atendente registra a informação no sistema, mas esquece de formalizar o envio ou se os processos permanecem abertos e "esquecidos" nas unidades administrativas. Magda admitiu que falhas desse tipo já ocorreram e que foi feito um esforço recente para rastrear esses protocolos abertos. Atualmente, novos serviços, como o monitoramento ambiental, estão sendo respondidos diretamente através dos contatos informados pelos solicitantes. O objetivo final proposto é criar um modelo de atendimento, onde o cidadão saiba exatamente como ser atendido e como acompanhar seu processo até a conclusão, evitando que as solicitações fiquem sem desfecho ou sem o conhecimento do

interessado. A Conselheira Iracema Cândido, da APP Escola Municipal Prof. Reinaldo Pedro França, cumprimenta a todos e inicia sua exposição mencionando que interveio em um caso de moradora da RDS que buscava a regularização de sua energia elétrica; a referida moradora tinha energia elétrica instalada, mas por falta de pagamento, aconteceu o corte do fornecimento. Inicialmente, Iracema tentou a solução do problema por meio do *WhatsApp*, mas em face da dificuldade no atendimento, o atendente da SAMA, recomendou o uso de *e-mail* para o registro da demanda. Na sequência, Iracema orientou que a supra moradora procurasse a SAMA pessoalmente para abrir um protocolo e ouvir as instruções técnicas. Iracema ponderou que o apoio de um assistente administrativo da própria equipe é fundamental para esclarecer equívocos e orientar os trâmites, devido à dificuldade que muitos moradores, especialmente os mais idosos ou com menos instrução técnica, enfrentam com o uso de tecnologias. No caso específico, como a moradora não dominava a ferramenta, Iracema efetuou todo o processo utilizando seu próprio *e-mail* para receber e enviar os documentos necessários. O esforço da mediação junto à Gerência do setor responsável resultou na conquista da energia elétrica para a moradora, no entanto, embora a energia ainda não tenha sido religada devido a uma viagem da servidora ao Paraná, o objetivo foi alcançado. Iracema enfatizou que é essencial ter paciência e "atenção" com as pessoas que não possuem entendimento técnico dos processos, pois mesmo quem tem instrução pode se confundir com os trajetos burocráticos. Magda sugere que seja informado à Comunidade o número do *WhatsApp* da Unidade de Gestão Ambiental, no grupo da Plenária da RDS, para que as pessoas possam obter informações iniciais sobre as demandas. Magda sublinha que assim como o morador tenta uma solução para o seu problema, o atendente na SAMA, que também é um ser humano e tem uma carga diária de problemas, haja vista, a diversidade de conflitos que recebe, e realmente, em muitas ocasiões, não tem conhecimento para dar andamento em determinada situação, de imediato. Iracema relata outro caso de familiares, que vivem em um núcleo familiar, num mesmo terreno, onde as casas foram construídas ao longo dos anos para os filhos, em uma ocupação que já dura cerca de oito anos, e indaga se existe a possibilidade de regularizar a energia elétrica nesta situação. Magda esclarece que este caso necessita ser analisado à luz do marco temporal de 2016, ou seja, terá que aguardar a finalização da REURB. Sem mais manifestações a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** Pauta 5.1) Regularização Fundiária, SEHAB. (cancelada); Pauta 5.2). Criação de Porcos Soltos. A Presidente Magda abre esta pauta passando a palavra ao morador da RDS, Antônio Moraes, que cumprimenta a todos e inicia seu relato mencionando a existência de animais soltos, principalmente porcos, que além dos dejetos fisiológicos que liberam nas vias públicas, ainda invadem as propriedades e destroem completamente as hortas familiares, gerando conflitos com vizinhos e preocupações de ordem sanitária e de bem-estar animal, agravando a situação com o odor insuportável; Magda ressalta que a questão dos animais, o órgão competente da Prefeitura, é acionado se houver maus tratos de animais e a questão do odor é uma questão da Vigilância Sanitária. A Conselheira Ângela Regina de França, da Colônia de Pescadores Z32, questiona a determinação de sistema de esgoto ou contenção na propriedade onde habitam os animais e se o Conselho pode executar essa ação; Magda esclarece que o Conselho possui atuação limitada e pouco pode fazer diretamente, restando a possibilidade de acionar outras instituições fiscalizadoras. Dirk pontua que esse problema poderia ser resolvido amigavelmente, bastando que o proprietário dos animais construa uma cerca resistente ao redor da propriedade e cercados internos para os animais. O morador Waldir Vieira relata que algum tempo atrás após uma ação de fiscalização, a situação apresentou uma melhora, mas, no momento voltou à situação de outrora, prejudicando terrivelmente a Comunidade e menciona que proprietário do imóvel afirma ter matrícula da propriedade. Magda ressalta que neste caso, terá que aguardar a finalização da REURB, a fim de determinar se a atividade é compatível e também a possibilidade de acionar órgãos como a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e a Vigilância Sanitária, já que há relatos de outras pessoas em situação semelhante pedindo ajuda, indicando que o problema pode ser mais amplo e exigir providências por parte dos órgãos competentes. Magda aproveita a oportunidade para apresentar os novos Conselheiros da SAMA no Conselho da RDS, Felipe Alberton de Oliveira, e, Dalton Pasquo, Titular e Suplente respectivamente, que atuarão ativamente na implementação do Plano de Manejo. Magda também apresentou a nova Conselheira da CAJ, Bruna Boschini que atuará na Suplência, em substituição à ex Conselheira Samantha Schaefer. Os novos Conselheiros receberam as boas-vindas da Plenária sendo saudados com calorosa salva de palmas. A Conselheira Iracema Cândido efetuou um convite para um evento comunitário na RDS, no domingo, dia 30 de novembro, com a realização de uma Oficina pela manhã e apresentações culturais à tarde, incluindo o grupo Origem. O objetivo é integrar o público externo, valorizar a história do bairro e preservar as manifestações culturais tradicionais da região, como músicas típicas e expressões culturais locais, reforçando a importância de manter viva a identidade da comunidade. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Magda Cristina Villanueva Franco declara encerrada a reunião às 17h30min, sendo extraída a presente Ata, e assinada pela Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente - Conselho Deliberativo RDS Ilha do Morro do Amaral

José Augusto de Souza Neto

Luiz Carlos da Silva Seixas

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**

Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 30/01/2026, às 10:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27735463** e o código CRC **8190F17B**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.006991-0

27735463v155